



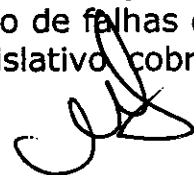
Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

**Ata da 10ª Sessão Ordinária da
Câmara Municipal de Lagarto,
realizada no dia 24 de março de
2026**

PRESIDENTE: Genisson Fontes
1º SECRETÁRIO: Antônio Carlos

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Lagarto, situado nesta cidade de Lagarto, Estado de Sergipe, sob a Presidência do Vereador Genisson Fontes e secretariada pelo 1º Secretário Vereador Antonio Carlos, foi aberta a 10ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Verificada a presença dos Vereadores: Amilton Fontes, Antônio Carlos, Carlos Eduardo, Carlos José, Fabiana da Costa, Fernando Batista, Genisson Fontes, Gilberto Santana, Jose Anderson, Jose Carlos, José Cosme, Josivaldo Alves, Josivan Rodrigues, Lívia Menezes, Marcelo do Nascimento e Manoela Souza estando ausente o Vereador Washington da Cruz. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária. EXPEDIENTE: O Senhor Presidente colocou em apreciação do Plenário a sugestão para suspensão da leitura da ata da sessão anterior. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a ata foi colocada em votação, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Presidente solicitou ao 1º Secretário a leitura das proposituras constantes na pauta do dia. INDICAÇÕES: Indicações nº 109 à 111/2026 – De autoria do Vereador Antônio Carlos; Indicação nº 112/2026 – De autoria da Vereadora Fabiana da Costa; Indicações nº 113 e 114/2026 – De autoria do Vereador José Carlos; Indicação nº 115/2026 – De autoria do Vereador Josivaldo Alves. PEQUENO EXPEDIENTE. No PEQUENO EXPEDIENTE fez uso da palavra o Vereador Josivaldo Alves destacando a importância da criação da clínica-escola, ressaltando que o espaço poderá atender pessoas com deficiência e também capacitar profissionais, representando grande avanço para o município. Antonio Carlos defendeu suas indicações, enfatizando a necessidade de pavimentação no povoado Brejo e solicitando melhorias nas praças do povoado Santo Antônio, além de agradecer serviços já realizados pela Secretaria de Obras. José Carlos reforçou pedido de pavimentação no povoado Barro Vermelho, destacando a importância da obra para a comunidade e reafirmando compromisso com as demandas populares. Na ORDEM DO DIA o Senhor Presidente colocou na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 08/2026, de autoria do Vereador Amilton Fontes, que institui o Programa Municipal de Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e dá outras providências correlatas. O autor defendeu a matéria, destacando a importância do reconhecimento desses profissionais. O projeto foi colocado em votação e aprovado em redação final. GRANDE EXPEDIENTE. Durante o

Grande Expediente, o Vereador Amilton Fontes iniciou saudando os presentes e agradecendo pelo reforço de indicação referente ao calçamento em frente à igreja, ressaltando que já havia indicação anterior sobre o mesmo tema, solicitando maior organização interna para evitar duplicidade de proposições. Em seguida, trouxe à tribuna preocupação com o funcionamento das comissões permanentes, defendendo maior transparência. Propôs que todas as reuniões sejam filmadas e transmitidas ao vivo, especialmente quando houver projetos em regime de urgência. Criticou a prática recorrente de projetos serem protocolados e votados no mesmo dia, destacando que o regime de urgência não obriga votação imediata, mas sim celeridade no trâmite. Ressaltou que anteriormente os projetos passavam por leitura e análise antes da votação. Defendeu que a população e os próprios vereadores tenham acesso às discussões das comissões, afirmando que essas reuniões são públicas e não devem ocorrer de forma restrita. Criticou a atuação de alguns relatores, alegando falta de preparo e leitura adequada dos pareceres. Afirmou que, se necessário, contribuiria financeiramente para aquisição de equipamentos para transmissão das reuniões, visando garantir transparência total. Ainda questionou a distribuição de relatorias nas comissões, mencionando situações em que um mesmo vereador atua em mais de uma função, enquanto outros não participam. Na sequência, abordou o aumento dos casos de feminicídio no Brasil, classificando como um problema grave e crescente. Destacou que a violência contra a mulher vem se tornando recorrente e preocupante. Apresentou proposta de construção de um projeto de lei voltado ao combate ao feminicídio no município, convidando especialmente as vereadoras para participarem da elaboração da proposta. Sugeriu ações como: Campanhas educativas em escolas e órgãos públicos; Palestras com profissionais especializados; Envolvimento de psicólogos, delegados e magistrados; Ampliação do debate com jovens e empresas. Finalizou colocando-se à disposição para construção coletiva do projeto, ressaltando que o objetivo é promover conscientização e prevenir a violência. Vereadora Fabiana da Costa iniciou cumprimentando a Mesa, colegas vereadores, imprensa e público presente. Parabenizou o vereador Amilton pela iniciativa e destacou a importância do tema. Informou que já possui requerimento aprovado para trazer à Câmara uma representante ligada ao Judiciário, envolvida com o Projeto Fênix, que atua na proteção às mulheres. Defendeu a construção de parcerias institucionais para fortalecer ações de combate à violência contra a mulher, afirmando que o tema exige sensibilidade e compromisso contínuo. Colocou-se à disposição para colaborar com o projeto proposto. Vereador Gilberto de Santana cumprimentou os presentes e parabenizou o vereador Amilton Fontes pelo tema abordado. Destacou a gravidade dos casos de feminicídio, mencionando ocorrências recentes no país e na região. Ressaltou que muitos crimes acontecem por inconformismo com o fim de relacionamentos, o que não pode ser aceito. Enfatizou que, em muitos casos, os crimes ocorrem na presença de filhos, agravando ainda mais a situação. Defendeu o fortalecimento das leis em nível nacional e a necessidade de maior rigor na punição. Manifestou apoio à construção do projeto municipal e colocou-se à disposição para contribuir. Vereador Anderson Silva sugeriu a realização de audiência pública para ampliar o debate com a sociedade, destacando a relevância do tema e a necessidade de ouvir diferentes segmentos. Vereador Fernando Moura iniciou saudando os presentes e relatou visitas realizadas a diversos povoados, incluindo Jenipapo, Quirino, Mata da Madeira e João Martins. Destacou que ouviu demandas, elogios e reclamações da população. Criticou a falta de investimentos no povoado Jenipapo, ressaltando sua dimensão e importância dentro do município. Apontou problemas como: Falta de iluminação pública; Deficiência nos serviços de saúde; Ruas em condições precárias. Afirmou que a situação é resultado de falhas de gestões passadas e também da atual, destacando que cabe ao legislativo cobrar



soluções. Questionou a ausência de um líder do prefeito na Câmara, solicitando definição para facilitar o diálogo institucional. Relatou denúncias sobre atraso de pagamentos a prestadores de serviço, como donos de caçambas e carros-pipa, pedindo providências da gestão municipal. Vereador Josivan Rodrigues cumprimentou os presentes e relatou denúncias recebidas de trabalhadores do mercado municipal, informando atraso de salários superiores a dois meses. Alertou para risco de paralisação de serviços essenciais, caso a situação não seja resolvida. Também mencionou denúncias sobre atraso de pagamento a prestadores de serviços, como carro-pipa e caçambas, afirmando que a situação pode comprometer o funcionamento do município. Criticou a gestão municipal quanto à prioridade de gastos, questionando investimentos em eventos enquanto trabalhadores enfrentam atrasos. Abordou ainda a cobrança de IPTU em povoados, afirmando que a medida impacta negativamente a população rural, que não teve oportunidade de solicitar isenção. Criticou o aumento dos valores cobrados e classificou a medida como prejudicial à população. Também apontou ausência de reajuste salarial para servidores municipais, mesmo após atualização do salário mínimo nacional. Vereadora Manoela Souza iniciou sua fala destacando a gravidade dos casos de feminicídio, relatando preocupação pessoal enquanto mulher. Abordou o medo vivido por mulheres na sociedade atual, inclusive em relações afetivas, ressaltando que a violência pode ser tanto física quanto psicológica. Apresentou dados alarmantes sobre violência contra a mulher e criticou a cultura de posse e controle por parte de alguns homens. Defendeu que a mudança deve começar dentro das famílias, com educação e respeito. Na sequência, passou a tratar de questões do município, destacando avanços em obras de pavimentação, especialmente no povoado Olhos D'Água. Atribuiu melhorias à atuação da gestão atual e à articulação política para liberação de recursos. Entrou em debate com outros vereadores sobre responsabilidades por obras, defendendo a atuação da gestão atual e criticando gestões anteriores. Rebateu críticas relacionadas à educação, afirmando que a Secretaria está ciente dos problemas e adotando medidas, inclusive com acompanhamento do Ministério Público. Vereador Marcelo Denílson iniciou destacando o papel do vereador como agente de cobrança e intermediação junto ao Executivo. Afirmou que muitas demandas não são executadas diretamente pelo vereador, mas dependem da atuação do prefeito e secretarias. Defendeu ações da gestão atual, citando melhorias em: Pavimentação de ruas; Estradas vicinais; Funcionamento de unidades de saúde. Destacou que diversas demandas são históricas e que a atual gestão vem trabalhando para resolvê-las. Defendeu união entre os parlamentares e criticou o excesso de disputas políticas. Vereador Carlos Eduardo iniciou comentando sobre a disputa política em torno de obras, afirmando que, apesar dos conflitos, a população acaba sendo beneficiada. Defendeu que a prioridade deve ser o atendimento das demandas da população, independentemente da autoria das obras. Cobrou melhorias em diversas áreas, especialmente: Educação (falta de professores); Infraestrutura em povoados; Execução de obras prometidas. Ressaltou que o debate é importante, mas deve ser conduzido com equilíbrio e responsabilidade. Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a sessão, convocando a próxima sessão ordinária para quinta-feira, no horário regimental.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Lagarto – SE, 24 de março de 2026.


Washington da Cruz

Presidente


Antonio Carlos

1º Secretário